



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 151, DE 2015

Altera o art. 17 da Constituição Federal para vedar coligações partidárias nas eleições proporcionais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 17 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.17.

§ 1º É assegurada autonomia aos partidos políticos para dispor sobre sua estrutura, organização e funcionamento, e para estabelecer em seus estatutos normas de fidelidade e disciplina partidárias.

.....

§ 5º São vedadas as coligações partidárias nas eleições proporcionais, cabendo aos partidos, nas eleições majoritárias, dispor sobre o regime de sua escolha, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas nos diversos âmbitos da Federação. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir das eleições de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A disciplina do funcionamento dos partidos políticos tem grande relevância, no sistema constitucional brasileiro, especialmente diante das necessidades relacionadas à construção de maiorias parlamentares que a atual situação apresenta, com graves consequências para a governabilidade.

Com efeito, a liberdade de organização dos partidos políticos, os novos inclusive, não pode ser restringida, a nosso ver, por ofensa a direitos e liberdades solenemente inscritas na Constituição.

Dessa realidade resultou, entretanto, um quadro partidário com mais de trinta organizações, vinte e oito delas contando com representação na Câmara dos Deputados. A situação se repete, com nuance, no Senado Federal.

Nesse contexto, amplia-se a dificuldade do Chefe do Poder Executivo, qualquer que seja sua orientação, para constituir uma base de apoio consistente e sólida no Congresso Nacional.

Uma das medidas que podem ser adotadas para inibir a proliferação de partidos políticos, e, especialmente, a dispersão exagerada de representações partidárias no Congresso, sem entretanto limitar direitos individuais ou restringir a liberdade de organização partidária é vedar a realização de coligações nas eleições para os cargos de vereador e de deputado, estadual, distrital ou federal.

Acresce que uma determinação constitucional com tal natureza tem o saudável efeito colateral de contribuir para a transparência do processo eleitoral, permitindo ao eleitor a clara visualização dos seus atores, e também para a verdade eleitoral, pois o candidato eventualmente beneficiado pelo voto de eleitor – nas distintas situações de um candidato muito bem votado, o chamado puxador de voto, ou de um candidato não eleito – beneficiará exclusivamente os seus colegas da mesma formação partidária.

Com isso, impede-se a danosa “colonização” de um partido político por outro, que apenas lança um candidato para nele concentrar sua votação e, assim, beneficiar-se da manifestação de vontade do eleitor que não era endereçada ao seu candidato. Nesse passo, contribui também para a transparência do processo eleitoral e para que o resultado da eleição expresse, com verdade, a vontade que o eleitor manifestou nas urnas.

A presente proposta reitera o que sugerido em iniciativas anteriores, que não prosperaram, foram arquivadas ou politicamente bloqueadas na Câmara dos Deputados.

Entendemos necessário, na presente conjuntura, reiterar a proposição no Senado Federal, para que o tema siga vivo nos debates que ainda continuam sobre a nossa inconclusa reforma política.

Com o objetivo de facilitar a aprovação da matéria, permitindo que os partidos políticos tenham tempo para se adaptar a essa nova realidade, estamos propondo que a vedação passe a ser aplicada apenas a partir das eleições de 2022.

Solicitamos aos eminentes pares as medidas necessárias ao aperfeiçoamento e o apoio para a aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões,

Senador **VALDIR RAUPP**
Senador **AÉCIO NEVES**
Senadora **ANA AMÉLIA**

Senador **ANTONIO ANASTASIA**
Senador **ATAÍDES OLIVEIRA**
Senador **BLAIRO MAGGI**
Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**
Senador **CRISTOVAM BUARQUE**
Senador **DALIRIO BEBER**
Senador **DÁRIO BERGER**
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Senador **EDUARDO AMORIM**
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Senador **FLEXA RIBEIRO**
Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**
Senadora **GLEISI HOFFMANN**
Senador **HÉLIO JOSÉ**
Senador **HUMBERTO COSTA**
Senador **IVO CASSOL**
Senador **JOSÉ AGRIPINO**
Senador **JOSÉ MARANHÃO**
Senador **JOSÉ PIMENTEL**
Senador **JOSÉ SERRA**
Senador **LINDBERGH FARIAS**
Senador **OTTO ALENCAR**
Senador **PAULO ROCHA**
Senador **RAIMUNDO LIRA**
Senadora **REGINA SOUSA**
Senador **REGUFFE**
Senador **TELMÁRIO MOTA**
Senador **WALDEMIR MOKA**
Senador **WILDER MORAIS**
Senador **ZEZE PERRELLA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[artigo 17](#)

[parágrafo 3º do artigo 60](#)

[urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2006;52](#)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)